

O ESTUDO DA LÍNGUA GREGA “ANEU GRAMMATIKÊS”

Henrique G. Murachco
Prof. Dr. da USP e Prof. Visitante da UFCG

Em 16 de março de 2001 em São Paulo uma obra intitulada: “Língua Grega: Visão Semântica, Lógica, Orgânica e Funcional”, que contém toda a minha experiência no ensino da Língua Grega, que, como o título indica, não é uma “gramática” no sentido convencional do termo.

Chamo de “sentido convencional” aquele pelo que entendemos gramática; isto é, uma coletânea de normas, regras, receitas. Chama-se também gramática normativa, descritiva, metódica, mas todas elas estudam as “partes da oração”, uma tradição que remonta no mundo ocidental aos primeiros gramáticos latinos.

É interessante observar que todas as gramáticas ocidentais se dizem herdeiras da gramática de Dionísio Trácio. Na verdade todas elas escamoteiam a parte mais importante. Se não, vejamos:

O melhor caminho para nosso estudo é como Dionísio começa sua *Tékhnē Grammatiké*.

Como não podia deixar de se ele começa o seu trabalho, no seu parágrafo 1º, pela definição da expressão “*Tékhnē Grammatiké*”, que, se o traduzirmos linearmente, sem passar pela “censura” dos tratadistas posteriores, veremos que o conceito de “gramática” de Dionísio Trácio não coincide com os conceitos.

Vejamos o que ele diz: “A arte das letras é a experiência das coisas ditas com mais freqüência nos poetas e prosadores”.

Duas palavras são chave nessa definição: **empeiria**, que traduzimos aqui por **experiência**, no sentido de **trato, abordagem**, e a dicotomia **poietais te kai syggraphêusi**, isto é **poetas e prosadores, poesia e prosa**.

Essa visão da Gramática nos remete um pouco ao que diz Protágoras (Platão, Prot.325c6-326e6), que comentaremos em outra ocasião. Convém notar no momento que Dionísio Trácio não diz “coisas escritas”, **gegrammênon**, mas “coisas ditas”, **legomênon**. Além disso, ele não usa o participio do **perfectum** “que foram e estão ditas”, mas o participio

infectum, com sentido ingressivo-durativo, “que são ditas, estão sendo ditas, passando-nos a idéia do texto vivo, que comunica, que nos fala. Essa **empeiria, abordagem, trato** é o diálogo com o texto escrito e oral.

E, coerente, Dionísio continua: – “E as partes dela são seis: em primeiro lugar, a **leitura (re-conhecimento) acurada**, segundo uma entoação; em segundo lugar, a **explicação**, de conformidade com as figuras poéticas existentes; em terceiro lugar a **elucidação adequada das palavras e das narrativas**; em quarto lugar a **busca das etimologias**; em quinto lugar a **exposição das analogias**; e em sexto lugar a **análise** (julgamento, interpretação), que é na verdade a **mais bela das partes** na arte da Gramática.”

A seguir, começa o 2º parágrafo pela definição do que entende por “leitura”: Leitura é a elocução sem falhas dos poemas e das composições (escritos em prosa).

“Deve-se ler conforme uma interpretação, uma entoação e uma pontuação; pois que nós vemos, a partir da interpretação (expressão) a excelência; a partir da entoação, a arte e a partir da pontuação, o pensamento envolvido. A fim de que, a **tragédia** leiamos com tom heróico; a **comédia**, com tom cheio de vida; os **poemas elegíacos** (didáticos), com tom harmonioso; um **poema épico** com tensão; uma **composição lírica**, com tom melodioso; e os **threnos** (lamentos) com tom langoroso e lamentoso.

Com efeito, o que acontece não de conformidade com a observação desses pontos arruina as virtudes dos poetas e torna ridículos os comportamentos dos leitores.’

Por esses dois parágrafos podemos ver que a “Gramática” de Dionísio Trácio é mais um método de compreensão e interpretação de textos do que um código de regras de policiamento da língua. A receita é bem clara: ela passa pelo **entendimento** do texto, instrumentado por uma leitura correta.

O restante da Gramática é um detalhamento de quais são os instrumentos de uma boa leitura: o acento, a pontuação, a rapsódia (costura dos cantos), os elementos (as letras do alfabeto), a sílaba (longa, breve, comum) e a elocução.

A seguir define o Logos: o enunciado (frase, oração): “O enunciado é uma composição de uma elocução em prosa, revelando um pensamento completo ele mesmo.”

A seguir, finalmente, Dionísio completa sua Gramática detalhando as partes desse Logos-enunciado: nome (substantivos e adjetivos), verbo, participípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conetivo.

Fica claro então que quando se diz “texto” diz-se de toda e qualquer composição em prosa ou em verso, aquela que resiste ao tempo, que comunica, que revela uma identidade entre o autor e o leitor; é o que transmite a herança cultural e exprime o caráter de um povo.

No entanto, como sabemos, todas as nossas gramáticas se reduzem ao estudo das partes do enunciado a partir dos próprios usuários dessa *Tékhne Grammatiké*.

Primeiramente os gramáticos latinos, todos eles e sobretudo Donato (IV século), que acaba sendo o modelo para todas as gramáticas latinas medievais e modernas. Ele começa pelas partes do discurso.

O próprio Konstantinos Láskaris, autor da primeira gramática grega impressa no ocidente, Milão, 30 de janeiro de 1476, e que é uma reprodução ampliada da Gramática de Dionísio Trácio, assim a intitula:” *Epitomé tôn októ toû lógou merôn kai állon tinôn anagkaíon. Syntetheísa pará Konstantínou Laskáreos toû Byzantíou*”¹ Como vemos, a parte introdutória foi simplesmente ignorada.

Esse “lógos” é o enunciado apo-fântico (= de-clarativo?) de Aristóteles, que, necessariamente se compõe “ek rhéματος”, isto é, do verbo flexionado, verbo no modo finito, como dizemos. Mas rhéma é a coisa dita do sujeito, hypokeímenon e isso só tem sentido dentro do enunciado, lógos, que é a expressão de um pensamento completo. Em português e em outras línguas modernas essa afirmação de Aristóteles não ficaria muita clara, porque, quando dizemos “verbo” não dizemos necessariamente verbo flexionado, conjugado, no modo finito. Basta lembrar que quando pedimos para alguém dar um verbo, invariavelmente ele nos dá um verbo no infinitivo. Mas Aristóteles quando diz “rhéma”, que para ele é um “syntheton semantikón”, um composto significativo, ele vê acoplada ao tema verbal a marca representativa do sujeito. Essa marca representativa do sujeito é o que nós chamamos de desinência pessoal, mas não sentimos como uma presença dominante do sujeito sobre o verbo. Em grego isso é muito forte e explica a “regra gramatical” que diz que o sujeito pronome só se exprime se é enfático.

¹ Obra das oito partes do discurso e de algumas outras necessárias. Compilada por Konstantinos Láskaris de Bizâncio.

É evidente; as marcas do sujeito até foneticamente representam o sujeito. Por isso também um “rhêma” pode ser um “lógos”, enunciado, porque, ao dizer do sujeito, exprime um pensamento completo.

O estudo de uma língua, então, deve começar pelo estudo dessas relações primeiras: sujeito-verbo, verbo-sujeito; em outros termos: nome-substância <>verbo-ação/estado. As outras partes entram no enunciado como auxiliares.

1º - do nome. Os adjetivos são epítetos (epónima?), qualificativos ou dêiticos, chamados de “adjunto adnominal”, que se colam ao nome, exprimindo uma qualidade inerente ao substantivo, ou atributos, isto é “atribuídos”, que aplicam ou atribuem uma qualidade ou estado, através de uma cópula, em grego muitas vezes implícita (verbo de ligação). São praedicamenta, predicativos. Quase no mesmo plano temos o aposto, da mesma categoria do nome-substantivo, porque se não, não poderia ser “ad positum, aposto”, que, de alguma maneira, “desdobra” o nome antecedente, especificando-o.

2º - do verbo “rhêma”. Ele diz do sujeito, mas, semânticamente exprime uma ação, movimento do sujeito ou atribui um estado ou qualidade dele. Mas essa ação ou movimento pode vir redondos, suficientes, inteiros, na idéia de intransitividade ou na idéia de transitividade, em que eles precisam realizar-se, completar-se, ter o seu termo, complemento em um outro nome-substantivo. São os chamados “complementos, direto, indireto, circunstancial, adverbial”. As denominações “direto e indireto” são um tanto viciadas, na medida em que são expressões meramente formalistas e não levam em conta a relação significativa entre verbo e nome. É essa relação significativa entre verbo –ação, movimento, estado, qualidade – que determina a ptôsis, caso do nome. São os casos acusativo, busca e atingimento do nome; dativo, dação, aceitação, atribuição, interesse; genitivo, origem, ausência, falta, parte. Mas, quando à ação, movimento, estado se acrescenta uma relação espacial empregam-se os determinadores de espaço, comumente chamados de “preposições”; esses acréscimos espaciais estão na origem dos verbos compostos, inicialmente usados separadamente e depois acoplados antes do verbo como “pró-thesis – prae-positio – pré-posição”. Novamente, as ptôseis são determinadas semanticamente, pelo tipo de relação espacial que a preposição exprime: origem, ponto de partida, separação, lugar de onde, genitivo-ablativo, ou simplesmente ablativo, embora a forma seja a mesma que do genitivo; direção, movimento, lugar para onde, acusativo

lativo; ausência de movimento, estabilidade, lugar onde, locativo. E fica claro que sempre que há uma relação espacial a preposição é necessária; e, inversamente, sempre que há uma preposição há uma relação espacial. E, finalmente, quando se acrescenta ao verbo uma idéia de modo, meio, instrumento, sem relação espacial, o caso resultante é o instrumental. A gramática moderna chama essas relações de “adverbiais”, o que nos autoriza a dizer que, na origem, o que nós chamamos de preposições são na verdade advérbios de significado espacial. Além disso, essa visão semântica das relações entre verbo e nomes nos libera de decorar listas de “regências verbais” de verbos compostos. Basta identificar o sentido o verbo e as relações decorrentes e depois identificar a relação espacial expressa pela preposição para determinarmos os casos do complemento do verbo e do complemento da relação espacial.

Isso quanto à relação nome-ónoma > verbo-rhêma e verbo, rhêma >.nome- ónoma.

Repetindo, compreensão pela semântica, pela lógica dessas relações nos dispensa de consultar essas listas, glossários e dicionários de “regências, regimes” de verbos, substantivos e adjetivos.

Abordemos agora a questão da representação formal das relações nominais e verbais. Em primeiro lugar as relações nominais.

Como vimos acima, as ptôseis-casus nominais representam morfológicamente, plasticamente, semanticamente essas relações. Quando Aristóteles define o nome como “syntheton semantikón aneu khrónou”² e nós dá como exemplos “ánthropos, leukón” ele vê duas partes em “anthropo-s”, isto é, o “tema ánthropo-” e a “ptôsis -s”.

O tema sem a ptôsis representa o significado virtual, essencial, mas sem função. As funções só aparecem quando os temas nominais recebem essas ptôseis, que, através do latim passamos a denominar “casos” especificamente para a flexão nominal, embora ptôseis na visão aristotélica também pode ser derivacional, isto é, qualquer tipo de “quebra-queda” a partir do tema.

Isso nos levou também a não considerar o sistema da gramática tradicional, que divide os nomes em “declinações” (3 para o grego e 5 para o latim), mas sim em dois grandes grupos: temas em vogal e temas em consoante, soante, (semi-vogal).

² Composição semântica sem tempo.

Fica a idéia de uma construção, montagem muito clara e muito fáceis sem regras e sem exceções. Os únicos problemas que aparecem são os metaplasmos, isto é as modificações fonéticas e os conflitos que acontecem na acoplagem das ptoiseis aos temas, mas que são resolvidos pela observação das leis fonéticas. Além disso, na medida em que um tema nominal tem uma identidade tônica, isto é, há temas nominais oxítonos, paroxítonos, proparoxítonos, perispômenos e properispômenos basta levar em conta o sistema prosódico da língua grega para não termos problemas de acentuação. Não há regra nenhuma, nem exceção.

A flexão verbal é um pouco mais complexa, porque nós temos um tema verbal puro que contém a idéia virtual do significado e a ação em movimento, isto é, quando o tema verbal é tomado pelo sujeito e, no enunciado a ação verbal pode ser vista sob vários prismas: em relação ao tempo da ação (aktionszeit, aspecto) e em relação à modalidade do ato (modos verbais).

Quanto ao tempo da ação temos os 3 temas dos 3 aspectos: tema do Infectum, Inacabado, Ingressivo-durativo (presente), com o seu passado (Imperfeito); tema do Aoristo, Gnômico ou Pontual (Narrativo), que se desdobra em Futuro; e tema do Perfectum, Acabado (Estado) e seu passado (Mais que perfeito).

Em princípio, por razões semânticas o Tema verbal puro deve coincidir com o Tema do Aoristo, que é também Tema do Futuro. É a partir do Aoristo que se formam os temas do Infectum e do Perfectum.

Reconhecidos esses três Temas basta vermos o conteúdo do enunciado: se ele exprime uma realidade ou irrealidade, teremos o modo Indicativo, que não tem nenhuma marca porque ele exprime a ação tal qual é; se ele exprime uma eventualidade ou não eventualidade (fato futuro, decorrente), teremos o Subjuntivo, mas já com uma marca para distingui-lo do Indicativo. É uma vogal longa de alternância vocálica paralela à vogal de ligação (e/o, mas longas), e, quando usada, dispensa a vogal de ligação, por desnecessária; se ele exprime uma possibilidade ou não possibilidade (e, na medida em que o possível-não possível não tem compromisso com a realidade, exprime também a atenuação ou recusa da afirmação) teremos o Optativo, também com uma marca própria (-i-/ie/iê) para distingui-lo do Indicativo e Subjuntivo. O Imperativo, por ser o modo do diálogo direto, usa o tema do Indicativo, isto é, sem marca nenhuma.

Mas, dada a corrupção semântica da nomenclatura gramatical, mesmo na gramática descritiva grega, herdeira da gramática dos estóicos, a tradução dos modos gregos para o português apresenta alguns problemas: o uso do Indicativo em geral não apresenta problemas sérios, quando se trata da realidade (anagkaïon) ou irrealidade (adynaton); mas no período dito hipotético, enquanto o grego mantém sua coerência empregando o indicativo quer na irrealidade do presente (ei + imperfeito...an + imperfeito) quer na irrealidade do passado (ei + ind.aoristo...an + ind.aoristo), o português atual usa respectivamente: se + imperf. do subj. ...condicional simples; e: se + mais que perf. do subj.....condicional composto; o português clássico, com sobrevivência em algumas camadas da população, usava para o presente: se + imperfeito...imperfeito; e para o passado: se + mais que perf. do ind.....+ que perf. do indic.

A expressão da eventualidade é mais simples: todo subjuntivo grego pode ser traduzido em português pelo subjuntivo presente ou futuro; ou futuro ind. e às vezes pelo indicativo presente, quando se trata de atos repetidos. O período hipotético eventual também é claro: se + subjuntivo...futuro.

A expressão da possibilidade ou não, se para o grego é clara e coerente: ei. + optativo....an + optativo, em português a expressão por: se + imperf. do subjuntivo....condicional simples, pode tanto exprimir a irrealidade presente, como vimos acima, quanto a possibilidade ou não.

A expressão do que chamamos “vozes do verbo”, entendemos por “vozes” as marcas das disposições do sujeito diante do ato verbal. São realmente “diáthesis > dispositio > disposição”. É o sujeito na sua disposição de agente do ato verbal, quer como mero agente (voz ativa > desinências ativas), quer como agente interessado, envolvido no ato verbal (voz média > desinências médias). Não há marcas originais de voz passiva (sujeito paciente) porque essa voz, por exigir um certo grau de abstração, só tem um aparecimento tardio na língua. E, quando usada, serve-se das desinências média.

Essas marcas do sujeito, chamadas desinências pessoais são muito pessoais dos sujeitos, a ponto de refletirem esse fato materialmente, foneticamente, com sons próprios das pessoas, sobretudo o singular: o/mi-mai/men para “egó-me, eu-me”; si/sai-s/so para “su-se tu-te”; ti/tai-t/to para “tós>au-tós, ele-o”. Os plurais se constroem por analogia.

A gramática tradicional não percebeu esse fato, sobretudo as marcas do “egó-me”, e isso a levou a criar “duas conjugações”, uma em –o e outra em –mi, quando, na verdade a opção da marca –o ou –mi decorre de um problema fonético, da lei do menor esforço ou de “economia lingüística”. A opção pelo –o se deve à “colação” mais fácil para os temas em consoante e soante (semi-vogal, i,y,j,vaw), que, naturalmente provocam um conflito no acoplamento com as marcas consonânticas dos outros sujeitos; daí a origem da vogal de ligação e modificações fonéticas subseqüentes. Os temas em vogal optam pelo –mi para “eu” e todos os outros sujeitos, também com alguns acidentes fonéticos devidos à mesma lei da “economia lingüística”. Convém lembrar aqui que os chamados “verbos contratos” não são verbos de temas em vogal, como as gramáticas nos sugerem, mas denominativos de temas em “j, yod”, formador apenas do infectum, e é por isso que as contrações desses verbos “contratos” acontecem apenas no infectum.

Quanto à sintaxe, “syntaksis, coordenação”, não creio que se deva dar à parte. Primeiramente porque é um exercício de abstração, muito teórico de juntar fatos esparsos. Creio que trabalhando a língua “por dentro”, semanticamente, logicamente, organicamente, funcionalmente, as questões referentes aos modos verbais ou aos chamados “tempos”, que não são tempos de medida, mas tempos da ação, as “regências” tanto dos verbos quanto dos nomes, adjetivos ou conjunções, tudo isso se torna vivo e concreto, quando visto dentro do enunciado no seu significado primordial, funcional e orgânico.

Esta é a minha pequena contribuição dentro deste pequeno espaço que nos é cedido em uma revista que tem muita oferta e pouca procura, isto é, muita produção acadêmica e pouco espaço oferecido. Esta é a minha participação nesta revista que, espero, tenha um futuro longo e promissor. É um pouco a linha do meu trabalho, que venho desenvolvendo nesses curtos anos de magistério que tenho praticado com prazer.

REFERÊNCIAS

- ARISTOTE. *Poétique*. Paris: Les Beles Lettres, 1969.
MURACHCO, H.G. *Língua frega: visão semântica lógica, orgânica e funcional*. 2. ed. São Paulo/Petrópolis: Discurso Editorial/Vozes, 2003.
LALLOT, J. *La grammaire de Dennys le Thrace*. Éditions da CNRS, 1989.